



**ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**33ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do
Banhado Grande**

Ao sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório da Fundação Zoobotânica, localizado na Av. Dr. Salvador França nº 1427, Jardim Botânico – Porto Alegre/RS, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a trigésima terceira Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Mello Machado.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **Assoc. de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé** – Osmar Moisés de Moura (suplente)
- **APN VG** – Tânia Peixoto (titular)
- **Comitê Gravataí** – Manoel Adam (titular)
- **CURICACA** – Alexandre Krob (suplente)
- **DUC/SEMA** – Denise Machado (titular) Cecília S. Nin (suplente)
- **DRH/SEMA** – Rafael Eckert (titular)
- **EMATER** – Paulo da Silva Viegas (titular)
- **FIERGS** – Marilene Conte (suplente)
- **FIERGS** – Tiago Pereira Neto (suplente)
- **FIERGS** – Rafael Ferreira (suplente)
- **FIERGS** – Ronaldo Mabilde Lague (suplente)
- **FZB** – Luiza Chomenko (suplente)
- **ICMBio** – Lisandro Signori (titular)
- **INCRA** – Paulo Heerdt Jr (suplente)
- **Legião da Boa Vontade** – Humberto Cassuriaga Costa (suplente)
- **Maricá** – Aurici Azevedo da Rosa (titular)
- **Pref. de Santo Antônio da Patrulha** - Állan Costa da Rosa (suplente)
- **Pref. Municipal de Viamão** – Liliane Cafruni (titular)
- **Pref. Municipal de Gravataí** – Paulo R. Muller (titular)
- **Quinta da Estância** – Luícido Morsch Goelzer

- **Sindicato Rural de Viamão** – Pedro Silverio (titular)

Compareceram também os seguintes visitantes:

José Ribeiro de Araújo Jr. (Garden), Ricardo Siviero (particular), Maycon Hamann, Paulo César P. Menezes, Riali Antunes Maischi, Martin Carlos Resener (Eletrosul), Martinn Zang (Aafise), Andreas Kindel (UFRGS), Verônica Silveira (Pref. Santo Antonio da Patrulha), Lauro O. da Silva (Pref. Glorinha), Jan Karel (FZB), Marcelo Piccoli (Garden), André Osório (RVSBP), Patrícia F. da Costa, Tomás Fleck (PROSUL), Larissa D. Biasotto (UFRGS), Renata Benevit Gil (CORSAN), Ana Paula Ribeiro (DUC/SEMA).

A Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Denise Machado, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros.

Pauta 1. Aprovação da Ata da Assembleia anterior

Denise Machado – Explicou aos conselheiros que não conseguiu terminar a ata da reunião anterior, mas que para a próxima assembleia pretende colocar as duas em aprovação.

Pauta 2. PLANO DE MANEJO

Denise Machado – Informa que foram feitos alguns encaminhamentos da reunião anterior e estão aguardando o retorno. Houve uma reunião com a GRAMPAL e outra com o Ministério Público. Sobre a reunião com a GRAMPAL a prefeitura de Viamão ficou de acompanhar o processo junto a secretaria, mas como nada foi passado acredita que não houve reunião ainda. **Liliane Cafruni** informou que a reunião aconteceu e fez um breve relato: foi encaminhado o ofício do Conselho para Secretária Ana Pellini para saber quais eram as informações a respeito do andamento do plano de manejo. Foi feita uma reunião com a GRAMPAL onde participou a Maria Patrícia e o Diretor do DBIO Gabriel e eles falaram que não havia motivo para o conselho ficar preocupado com a elaboração do plano de manejo porque está sendo feito. E foram feitas algumas contratações que a FZB não poderia fazer que seria a parte cartográfica, a sócio econômica. E tranquilizaram todos os prefeitos, de que não haverá prejuízo para os municípios quanto aos licenciamentos. Os licenciamentos não vão parar porque o plano de manejo está sendo feito e o Acordo entre APA BG e Ministério Público para elaboração do plano é de dois anos. **Denise Machado** – perguntou se tudo isso eles falaram na reunião? **Tânia Peixoto** – perguntou sobre o pagamento. **Liliane Cafruni** – Respondeu que eles falaram que estavam fazendo os encaminhamentos necessários, e sobre o prazo de dois anos a Maria Patrícia falou que talvez tenham que refazer os cronogramas por causa do tempo que ficou parado por causa das questões do recurso, para que não haja risco de pararem os licenciamentos, como uma preocupação do conselho que constava no ofício. Achou que o diretor Gabriel deveria estar nesta reunião para trazer essas questões e eles ficaram de concluir um documento para

entregar com essas informações.. **Denise Machado** – falou que nada disso lhe foi informado, mas vai falar a real situação do processo que já não está como antes. A secretaria definiu é que esse processo de repasse de recurso não vai ocorrer mais, as contratações saíam da secretaria. Tudo que a FZB faria após repasse do recurso a secretaria definiu que seria puxado para a SEMA. Foi nisso que trabalhamos nestes últimos dois meses, encaminhamos tudo cuidando para não perder os prazos. As contratações estão em fase de licitação, mas não foram licitadas ainda, não temos garantias de que esse processo ocorra neste ano. **Liliane Cafruni** – falou que o processo está seguindo os trâmites, o termo de referência foi feito, está na CELIC. Mesmo no período de mudança de gestão a secretaria não parou de trabalhar em relação a APA BG. **Denise Machado** – explicou que o prazo de dois anos já está correndo e encerra no ano que vem. O que o Ministério Público colocou para nós é que eles só podem cobrar de nós depois dos dois anos passados. Mas dos dois anos, a metade já passou. **Jan Karel** – o termo de cooperação ainda está vigente, mas todo o andamento do processo e atual situação dele não há dúvida que o prazo vai ter que ser reajustado. Não é ampliação do prazo, o mesmo prazo vai ter que correr mais adiante porque até hoje não começou, ainda estamos em fase de compra de equipamentos, contratação, em função disso o prazo vai ter que ser readequado. Não há como terminar em agosto do ano que vem, não podemos começar a pensar nisso no ano que vem. **Liliane Cafruni** – falou que não está ali defendendo a SEMA, apenas está relatando o que lhe foi passado. Eles disseram que não estão parados, que tem itens que estão em licitação, tem itens que estão sendo trabalhados internamente, enfim nos tranquilizaram. Foi o que eles colocaram bem claro para os prefeitos, que ficassem tranquilos porque o licenciamento não irá parar, os municípios não serão prejudicados. **Denise Machado** – falou que se a SEMA, não conseguir cumprir isso, o Ministério Público, pode ser que não aceite a prorrogação de prazo, daí sim vai começar a correr a ação civil pública. Por precaução o Conselho já se antecipou. **Liliane Cafruni** – informou que o grupo pediu que a SEMA entregasse um cronograma de como está sendo feita essa organização internamente para que possam acompanhar. **Denise Machado** – explicou que a secretaria puxou para si, ou seja, tudo que seria feito na estrutura da FZB, agora será feito pela SEMA. Fizemos os encaminhamentos administrativos das contratações todas. Esperamos que na próxima reunião do ano que vem, tenhamos uma resposta mais sólida, não só essa questão de processo administrativo que não termina nunca. Passam para a próxima pauta.

Pauta 3. LICENCIAMENTO

Denise Machado – Fala sobre o licenciamento das quatro linhas de transmissão que estão com EIA-RIMA em andamento. Convidou a empresa para iniciar a apresentação. **Martin Resener** - gerente da área de meio ambiente da empresa Eletrosul, especificamente desse empreendimento que vamos discutir hoje. A Eletrosul é uma empresa do governo federal vinculada a Eletrobrás, que em novembro do ano passado ganhou a licitação de um projeto muito grande, para fazer linhas de transmissão em praticamente todo o estado do Rio Grande do Sul. Com o intuito de viabilizar principalmente a exploração potencial eólico do Rio Grande do Sul e tornar o estado exportador de energia ao invés de importador como ele é hoje. Então em janeiro abrimos os processos e iniciamos as discussões mais detalhadas com a FEPAM sobre os

licenciamentos ambientais. Colocando na ponta do lápis são quarenta e quatro empreendimentos entre linhas de transmissão e subestações. Linhas de transmissão são quase dois mil quilômetros de linhas e decidimos com a FEPAM que dividimos em cinco grupos de EIA-RIMA. Começando na fronteira com a Argentina de Livramento até Maçambara passando pelo Alegrete temos um grupo chamado Campanha Gaúcha, de Livramento a Santa Maria temos o um grupo chamado de Depressão Central, o terceiro grupo se chama Escudo Riograndense que liga Guaíba com Candiota, o quarto grupo de licenciamento ambiental chamamos de Litoral que vem desde Santo Antônio do Palmar divisa com Uruguai no litoral Sul até Guaíba também e o quinto grupo que é esse que vamos conversar hoje que chamamos de Região Metropolitana de Porto Alegre. Esse grupo da Região Metropolitana de Porto Alegre dos diversos empreendimentos que temos, quatro deles de alguma forma interferem na APA do Banhado Grande. O licenciamento ambiental está sendo feito por três empresas que nós contratamos, lá na época do leilão. Temos a empresa ABG aqui de Porto Alegre, a Profil também daqui e esse grupo quem está licenciando é a empresa PROSUL, a qual vamos passar a palavra ao **representante da PROSUL** - representante que elaborou uma apresentação para o Conselho. Agradecemos a oportunidade de participar desta reunião e poder mostrar esse trabalho para o Conselho. **Riceli Maiochi** – Os corredores de estudo que compõem esse grupo da Região metropolitana são sete empreendimentos, sendo seis linhas de transmissão e um seccionamento. Mostrou no quadro os que estavam destacados em azul eram os que teriam interferência com a APA BG, Que são entre Capivari do Sul e Gravataí, Capivari do Sul e Guaíba, Capivari do Sul e Viamão, Gravataí e Osório. Fez um breve histórico para nivelar com os conselheiros um pouco o conhecimento do processo, explicando que antes mesmo do leilão, as empresas da Eletrosul fazem um estudo prévio da região onde as linhas poderão passar. Nesse momento identificamos que dois traçados, em destaque Capivari do Sul e Viamão, Capivari do Sul e Gravataí, passariam pela zona núcleo da APA BG junto ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Em janeiro abrimos na FEPAM o processo de licenciamento, em abril a FEPAM resolveu dividir por áreas de afinidade esses licenciamento porque são muitos empreendimentos. Em junho de dois mil e quinze nós viemos a SEMA e FEPAM apresentar os corredores possíveis traçados para a avaliação prévia. Das alternativas que foram apresentadas, as linhas Capivari do Sul Viamão, e Capivari do Sul Gravataí passando dentro da zona núcleo, a equipe da SEMA e da FEPAM acharam que estas deveriam ser desviadas. Houve uma negativa e solicitamos que essas linhas passassem fora da zona núcleo, mas ainda dentro da área da APA BG. Apresentamos aos gestores essas alternativas em junho de dois mil e quinze e tivemos um sinal verde podendo avançar os estudos. Mostrou no mapa todos os empreendimentos aos conselheiros e explicou quais eram os corredores de estudos. Agora estão sendo feitos os estudos de impacto ambiental. As linhas serão determinadas após a conclusão do EIA-RIMA. Para a zona dos dez quilômetros os dados são secundários. Foi discutido com a FEPAM através do TR que a FEPAM nos passou. Por exemplo sócio econômico temos uma avaliação de uma zona interna de quinhentos metros englobando as comunidades lindeiras, todas as comunidades que estiverem ali em volta, estaremos englobando dentro dessa área de levantamento de dados primários. Dentro dos corredores de estudo está sendo verificado o melhor lugar para instalar a linha. A partir dos dados primários, confrontando todas as alternativas de traçado é que

vamos dizer qual que é a melhor alternativa sócio ambientalmente para alinha de transmissão. **Luícidio Goelzer** – falou a localização do empreendimento Quinta da Estância e que haviam passado por lá dois funcionários de vocês ou não sabia de onde, porque não se identificaram, mas estavam meio que mapeando a área e na segunda visita se identificaram. Nós apresentamos uma contestação que não concordamos de jeito nenhum, nós recebemos mais de cem mil pessoas por ano e não vamos correr risco algum com relação a um tipo de acidente. Perguntou se a PROSUL poderia garantir que não haveria nenhum tipo de acidente. Mas com as últimas modificações climáticas que estão ocorrendo, estão nos mostrando que muitas linhas de transmissão já caíram e se cair em cima do filho de alguém será um pepino. **representante da PROSUL** respondeu que o empreendimento Quinta da Estância está sendo levado em consideração no estudo ambiental sim. Em termos de corredores de estudos ambientais, são esses que foram apresentados aqui e estamos abertos as perguntas de vocês. **Rafael Eckert** – pergunta se cada um desses corredores, um para cada linha se teria como jogar três delas para o norte, todas? Jogar todas lá por cima da Free Way. **Riceli Maiochi** – respondeu que tem uma linha de partida e outra de chegada e muitas vezes não é a mesma, então temos diferentes demandas que são questões de algum estudo dentro do planejamento energético para decidir onde eles podem chegar. Aponta no mapa de onde deve sair e aonde deve chegar explicando sobre questões de perda de energia. Se tem uma fonte de energia que será gerada e a capacidade que a empresa de pesquisa energética determina para aquela região. Então tem que sair com aquele valor de energia de lá para suprir a necessidade ali. Então eles fazem esses cálculos e delimitam o ponto de partida e de chegada. Mostra que tem uma parte muito urbanizada e responde que não tem como passar todas pelo norte. **Tânia Peixoto** – faz um comentário que em noventa ou noventa e um quando a Eletrosul se instalou lá no Gravataí era zona rural. Hoje está completamente urbanizado, então dá para entender por que vocês fizeram aquele caminho. Ressaltou que isso que vocês estão mostrando está sendo um ganho, porque num primeiro momento as linhas cortavam o coração do banhado. Já esta proposta de agora está sendo um ganho porque está defendendo o coração do banhado. Mas precisamos ter essa segurança de que ao longo do processo o EIA-RIMA garanta que haja realmente um cuidado com essa região que é muito frágil. **representante da PROSUL** - além do estudo a própria FEPAM garante isso. Porque nós apresentamos um estudo, a FEPAM vai analisar e ela vai indicar as condicionantes que teremos que seguir, em prol da APA BG. **Denise Machado** – informou que esse estudo, os quatro tem EIA-RIMA e vão passar pelo Conselho. **Tânia Peixoto** – o importante é registrar que as empresas tem que saber que há muita gente preocupada com isso. Precisamos de energia sim e essa energia limpa com certeza é o melhor, apostamos e defendemos isso mas que seja feito com cuidado. Porque estamos vendo todo dia as situações delicadas ocorrendo a nossa volta, que poderiam ter sido evitadas. **representante da PROSUL** - a ideia dessas solicitações de linha é concentrar o escoamento da energia que vem dos parques eólicos lá do Sul para a Grande Porto Alegre. **Paulo Muller** – diz que está pensando em outros corredores, que são os corredores de fauna que tem na região. Vocês tem que saber que o banhado é um grande refúgio. São bandos e bandos de marrecos, maçaricos que vão pra cá e pra lá e se mudam muito, é um trânsito. E como o senhor aqui da Estância falou, nós temos ainda assim, não sei se poderíamos chamar maciços florestais ali, área de mata nativa importantíssimos. A pouco tempo saímos

com o pessoal da FZB para fazer um pequeno estudo da vegetação e encontramos tanta variedade ali que nem sonhamos que ainda podem ser encontrados. Essas zonas de mata nativa são muito importantes, elas tem bugio, tem aves que vivem andando por ali, não podemos permitir que uma rede dessas venha interferir nisso. Uma vez a Eletrosul fez em Gravataí, derrubou um mato todo para passar uma rede por cima, fez um caminho no meio do mato, terrível. **Luícidio Goelzer** – complementou dizendo que na Quinta da Estância, levantado por biólogos durante meio ano, cento e sessenta e oito espécies de pássaros. No total identificamos que tem duzentas e dezoito espécies no mínimo e citou algumas, dizendo que vão defender com unhas e dentes. **ELETROSUL** – É como Martin explicou a gente já vai para o leilão com o estudo, corredores delimitados. Para fazer alteração é um processo que tem que fazer uma solicitação, tem que ter base jurídica, vamos ao órgão regulador que nesse caso ANEEL para solicitar uma área de estudo. É um processo bem complicado para nós. Nossa intenção de ter essa conversa antes com os gestores foi exatamente para fazer esse exercício do planejamento. Todas essas linhas são para escoar essa produção do litoral e a própria criação dessa subestação do Capivari é como se fosse um funil. **Alexandre Krob** – inicialmente o licenciamento seria com a Enerfin de uma linha que passaria bem na área central onde é o corredor do cervo-do-pantanal e demandamos que fosse feito uma avaliação disso. Houveram duas reuniões na SEMA para tratarmos do assunto, inclusive um foi feito com a Enerfin que passaria para Eletrosul e foi um resultado ótimo no sentido de fazer análise integrada. Estavam colocando como zona núcleo o corredor do cervo-do-pantanal, é uma área crucial dentro da área da APA BG. Primeiro quis parabenizar a empresa por ter buscado outras alternativas de análise que venham contemplar esses desafios de integração de conservação com essa questão energética. E em relação ao que está sendo colocado, proposta desses quatro corredores, lembrou de uma coisa que ficou bem clara que a Eletrosul tinha como diretriz, desse esforço de integrar e reduzir essa malha toda de distribuição. Entendemos que existam algumas limitações técnicas, mas que nós gostaríamos de conhecê-las de maneira clara. E aponta uma linha no mapa que cinquenta por cento está comprometendo o corredor de análise, pede uma avaliação sobre a área. **Riceli Maiochi** – na época de definição desses corredores, a intenção também era obter os dados primários, secundários dessa região para poder contemplar esse estudo. Os representantes da Eletrosul informam que a área do corredor já está eliminada, saiu um ofício da SEMA negando a passagem. **Andreas Kindel** – reforça que participou das duas das discussões na secretaria, onde estavam estruturando esses estudos e já se percebe um ganho de preocupação, e quis externar que os estudos sejam explícitos nas justificativas do porque sim e porque não. Todo planejamento depende do ponto de saída que é área de geração e do ponto de ancoragem, não sei se todos esses pontos estão definidos e disponíveis e isso tem que estar explícito. Além disso tem que aparecer outras linhas já disponíveis porque algo que o estudo deveria avaliar é a possibilidade de compartilhamento, expansão de linha, usar já uma linha implantada e trocar todas as torres em toda a linha, esses aspectos de alternativas tecnológicas tem que ser avaliados e que ele avalie também explicitamente tanto do ponto de vista econômico quanto o ponto de vista ambiental, as novas tecnologias de transmissão que estão disponíveis. Ele não sabe qual é a tecnologia de transmissão que será adotada, não entende muito mas foi atrás dando uma olhada e sabe que tem coisa nova surgindo que é mais cara mas que a perda é muito maior e se estamos trazendo essa avaliação de

redução de perdas para dentro de uma avaliação que leva em consideração tanto economia quanto ambiente se reduzirmos de quinze para dez por cento esses cinco por cento significam uma área de geração uma linha inteira que podemos abrir mão. Então o estudo vai ter que explicitamente expor isso, ainda que a FEPAM não exija, porque está claro que a sociedade vai exigir. Esse processo de elaboração de licenciamento dessas linhas de transmissão é um marco no Rio Grande do Sul. Conseguimos fazer uma transformação na estrutura dos TRs, que eram muito ruins e estão melhorando. E a exigência da sociedade civil será cada vez mais forte, ou seja, não se contentem com o que a FEPAM exigir. Porque tanto a FEPAM quanto o empreendedor estarão sobre os olhares atentos da sociedade. Então sempre teremos outros mecanismos que temos que intervir neste processo. Tudo que for possível ser explícito melhor, ou seja, tecnicamente justificar. Assim como tem que ser gerados os argumentos técnicos do ponto de vista ambiental, o argumento da opção tecnológica, as várias outras opções das ações que tem que ser levadas em consideração, tem que ser explícitas e técnicas. É só uma recomendação que vem dessas próprias reuniões, tem que trazer tudo justificado.

representante da PROSUL - é muito importante trazer isso, porque não basta virmos aqui com olhos sócio ambientais e dizer que a melhor forma sócio ambiental sem nos preocuparmos em como fazer e quanto isso vai custar Isso é fundamental, não adianta dizermos que o melhor traçado ambientalmente falando e ela ser inexecutável. Não resolve nada, ambientalmente é um ganho mas ficamos sem energia em casa. É levada em consideração a parte técnica, a parte econômica e obviamente a parte sócio ambiental também. **Andreas Kindel** – só para exemplificar, simplesmente escrever que é inexecutável, nós não vamos aceitar, não vai passar, ou seja, é inexecutável? Por quê? Por isso, por isso vai custar tanto a mais, mas se eu internalizar os outros custos, será que esse tanto a mais, vale a pena ou não vale a pena? É essa a avaliação que a sociedade quer fazer, é mais caro, é mais caro por quê? Porque tem coisas que estão sendo incorporadas ou talvez ele espera que o estudo de vocês incorpore elas também. Aí o preço vai ser calculado em todas as questões que são inerentes a ele. É isso que estamos querendo estimular, que esses estudos sejam um marco, que esse estudos saiam dessa lógica histórica de péssima qualidade de argumentação, das justificativas pelo empreendimento. Não é nem do questionamento ambiental ou social é a justificativa do empreendimento que está sendo mal sustentada tecnicamente. **Martin Resener** – concordou com tudo que Andreas Kindel falou, mas para ser produtiva essa fala é daqui para frente, porque não é uma fase de planejamento, já pegamos coisas planejadas, muita coisa podemos modificar, mas muita coisa é anterior a isso e essa discussão que foi sugerida é que seja anterior ao próprio leilão. O que tem que ser questionado nessa discussão é o planejamento. **Riceli Maiochi** – o capítulo cinco traz essa abordagem aí, porque ela já tem a metragem, ela traz tudo amarrado, mas vamos resgatar tudo isso e estamos colocando ali exatamente como surgiu ou que levou, qual a justificativa que foi dada pelo pessoal que também trabalha com isso, tanto a parte de energia até chegar onde já estamos. Isso é o que estamos tentando fazer da melhor forma possível. **Alexandre Krob** – temos que enxergar isso também como oportunidade. Nós entendemos bem quando vocês nos falam que muito desse pacote já veio pronto no leilão, e que é difícil do ponto de vista que é do empreendedor fazer as adaptações a partir daquilo que já estava preestabelecido. Mas hoje nós estamos passando por um momento de fazer uma forte revisão de como fazer e vocês são uma empresa pública.

Então como empresa pública vocês tem mais responsabilidade que qualquer outra empresa de carregar esse aprendizado com o nível da esfera dessas tomadas de decisão. Dentro do estudo que vocês estão fazendo, quanto mais vocês justificarem melhor para nós entendermos. **Denise Machado** – pergunta se alguém mais quer se manifestar e passa para a próxima pauta.

Pauta 4. Apresentação UFRGS

Larissa Biasotto – faz mestrado em ecologia na UFRGS é orientanda do Professor Andreas Kindel e vai fazer uma apresentação para o Conselho sobre o tema do mestrado que é sobre os impactos ambientais causados por linhas de transmissão de energia. Explicou que a apresentação ficou um pouco extensa, mas que procurou fazê-la bem básica. Primeiramente, o que são as linhas de transmissão? São aquelas estruturas que transportam a energia gerada no centros de geração até uma subestação e depois disso temos as linhas de distribuição que são linhas menores e transportam a energia até os centros consumidores. A diferença básica entre essas linhas é a altura, claro que varia conforme a tensão. As linhas de transmissão suportam maiores tensões e geralmente estão afastadas dos centros urbanos. A instalação e operação dessas linhas causam alterações no ambiente, no meio físico e biótico. Essas alterações elas trarão consequências os impactos primários ou impactos diretos, que são resultado direto da presença da linha. Ou então impactos secundários que são a consequência de uma cadeia das relações tanto do somatório das relações do ambiente como dos impactos primários. É importante salientar que a maior parte dos impactos diretos causados acontecem nessa faixa de servidão, mais especificamente na área diretamente afetada onde acontece o corte a supressão de toda vegetação. E depois na área de influência direta que acha que já está acontecendo o corte seletivo daqueles indivíduos que podem prejudicar a linha de transmissão. Então essa faixa de servidão muda conforme a tensão das linhas. Para começar as alterações do meio físico, podemos falar sobre supressão de vegetação, que não acontece somente na área afetada, ela vai acontecer também nas estradas de acesso que vão transportar as estruturas, o maquinário e acaba acontecendo a movimentação do solo para a ancoragem da torre e também dependendo do ambiente algumas alterações na rede de drenagem. É importante salientar que quando temos a presença de um empreendimento, o impacto na primeira impressão não parece tão significativo, mas quando temos o acúmulo de rodovias de linhas de transmissão ou de tubulações de gás, esse impacto é cumulativo no espaço e no tempo e acaba trazendo prejuízos principalmente para a fauna. Mostrou uma tabela de uma tese de doutorado publicada este ano aonde ele mostra a perspectiva das futuras linhas de transmissão. Explica que as futuras linhas vão passar por áreas de interesse sócio ambiental, unidades de proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável e grande parte desse total também vai passar por áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade que evidencia um quadro bem difícil do ponto ambiental. Dentro dos impactos primários temos a mortalidade da fauna que pode acontecer de três maneiras diferentes. Pelo atropelamento nas estradas de acesso, esse impacto acontece principalmente na fase de instalação da linha porque tem uma perturbação e depois temos as colisões das aves com as linhas e as eletrocuções. Esses dois impactos são a longo prazo portando vai dar maior enfoque a eles. Começando pela colisão mostra uma figura que faz um

comparativo da altura das estruturas do prédios, torres eólicas e torres de transmissão. A altura das linhas é compatível com a maior abundância de voo das aves o que causa um grande número de colisões entre opções. Para termos uma ideia, em nível mundial estimasse que tem mais de um bilhão de aves mortas por colisão por ano, em função da presença das linhas. As colisões com linhas são a segunda maior causa das mortes, ficando atrás daquelas das janelas espelhadas. E para o Brasil não temos dados, são pouquíssimas publicações, não temos estimativa de mortes de aves por colisão. Mas sabemos segundo o operador nacional de sistema elétrico é que temos noventa e cinco mil vírgula quatro quilômetros de linhas atravessando o país, os nossos biomas. As colisões acontecem de três formas, podem ser com as torres em números menores, ou colisão por cabos condutores de energia, o tipo mais frequente de colisão é no para raio porque fica mais difícil para a ave visualizar o fio, elas acabam desviando dos condutores e batendo nos para raios. Outros fatores que contribuem com a colisão topográficas como a declividade do terreno, o tipo de vegetação. Mostrou o contraste dos cabos com a paisagem que é muito importante. Meteorológicos, vento e neblina precipitação e alguns fatores técnicos como designer das linhas e a localização delas, que acha que é o que está em questão aqui. Quanto a mitigação dessas colisões são usados sinalizadores ave fauna, mostrou as figuras dos tipos de sinalizadores. O tipo de sinalizador mais usado no Brasil é o flight diverter e a função é aumentar a visibilidade dos cabos para as aves o que evita colisão. É importante dizer que diminuem as colisões mas eles não são iluminados. Quanto as eletrecuções também tem grupos que são mais afetados pelo uso das torres. Explicou como podem acontecer as eletrocuções, pelas linhas de distribuição porque a distância dos cabos é maior. Podem acontecer na torre no contato, ao mesmo tempo com estruturas condutoras de energia e ao mesmo tempo com estruturas soterradas. Outros impactos primários que estão sendo estudados recentemente são referentes a poluição visual e poluição sonora, não se tem ainda muitos resultados conclusivos quanto a isso, mas temos alguns trabalhos que eles pesquisam a interferência do ruído da linha de transmissão. Temos a poluição eletromagnética que é o campo elétrico e o campo magnético emitindo ondas de energia. Temos também alguns estudos sobre população humana, câncer infantil, mas não se sabe nada sobre esse impacto desse efeito na fauna. Falando sobre impactos da flora, mostrou também o acúmulo de plantas invasoras na presença de linhas de transmissão e também em outras estruturas, tem em rodovias, tubulações. Quanto aos efeitos da faixa de servidão, temos os efeitos do aumento de borda que são efeitos provocados pelos limites artificiais do ambiente. Possuem grande impacto sobre os organismos que vivem no local, o isolamento das manchas, as alterações micro climáticas que é a maior exposição da periferia dos fragmentos. Outros impactos bem sérios também é o da caça de animais silvestres, porque o corredor de acesso da linha de transmissão acaba facilitando o acesso de caçadores no interior da mata e a presença dos canídeos herbívoros que além de estressarem a fauna local podem muitas vezes caçar. Também pode haver o aumento de queimadas. Uma forma de minimizar, esses impactos seria uma escolha da rota adequada da linha de transmissão. Que é a definição do ponto início e o do ponto do fim da linha fossem unificados no licenciamento porque, além de produzir energia renovável, energia limpa temos que pensar em como transportar essa energia e quais serão os ambientes afetados por ela. Encerra sua apresentação e agradece a atenção de todos. **Rafael Eckert** – perguntou sobre a parte da visualização

da ave, seria somente aquele tipo de fio? O fio terra não poderia ser mais largo para facilitar a visualização? Ou se não poderia ter mais sinalizadores? **Larissa Biasotto** – respondeu que essa parte técnica ela não saberia informar, mas talvez o pessoal da Eletrosul. **Representante da ELETROSUL** – a questão do fio a longa distância nem nós conseguimos enxergar, acha que deveria ter alguma estrutura espiral utilizada em todos os cabos. **Larissa Biasotto** – falou que não sabe qual a interferência quanto ao peso da estrutura, mas sabe que já existem outros modelos de sinalizadores em outros países. Não sabe por que no Brasil é utilizado esse modelo. **Patrícia Costa** – Nesses cabos para raio, não temos somente para raio, temos também um transmissor. Por exemplo não precisamos ter alguém fazendo, elas são tele comandadas. Digamos que aconteceu um acidente, teve alguma interrupção, enfim teremos essa informação através desse transmissor em tempo real. E temos um problema na questão do peso do sinalizador nesses cabos, temos limites de peso. A Eletrosul trabalha com dois modelos de sinalizador, um para quinhentos e vinte cinco e outro menor para duzentos e trinta. **Rafael Eckert** – perguntou se a Eletrosul não trabalha em área de pesquisa? Citou um exemplo dentro da área da biologia. **Alexandre Krob** – perguntou se em relação a essas áreas de repouso e as áreas de alimentação, o que será levantado de dados primários tem realmente haver com perguntas fundamentais do ponto de vista dessas regiões. E nesse tipo de empreendimento em que temos forte impacto contínuo, poderíamos ter um investimento contínuo com forma de mitigação? Informou que há uma grande preocupação com a questão da caça. **Representante da ELETROSUL** – falou ainda sobre a limitação da quantidade de sinalizadores, que existe uma regulamentação. Existem sinalizadores alguns muito grandes utilizados também para aviação como na região da serra, por exemplo, mas que causam muitos ruídos pelo vento passando entre eles. **Larissa Biasotto** – falou que é uma questão delicada, porque nem existe uma comprovação do quanto ele é eficaz, como comentado anteriormente, são estudos que estão sendo avaliados. **Jan Karel** – concordando com o que o Krob falou, acha que tem que ser um esforço conjunto tanto de quem monitora quem é responsável pela instalação da linha como de quem licencia, no sentido de fazer perguntas que sejam eficientes para responder ou codificar o impacto que vai gerar uma linha de transmissão. Disse ter certeza absoluta de que o impacto de uma linha é maior do que o impacto de um parque eólico, por exemplo. A experiência que temos aqui no Brasil em apostar somente em um tipo de sinalizador e não ter como compará-los com outros modelos que já estão disponíveis em outros países, isso é ruim. E fala que existem outros modelos mais eficientes. Devemos adequar o licenciamento para fazermos essas experimentações. **Andreas Kindel** – foi propositalmente desmistificar um pouco a esperança que se tem de que autorizada uma linha, eventuais potenciais e impactos serão minimizados por alguma solução tecnológica. A tecnologia existe, ela traz algum benefício mas ele é pífio comparado com uma boa definição de rota da linha de transmissão, existem outros podemos usar. As empresas de energia tem uma obrigatoriedade de financiar pesquisa. Não é pesquisa de baixo valor de financiamento dá para fazer coisas muito boas. Mesmo que tenhamos o melhor sinalizador ele vai ser muito pior do que uma boa definição de rota. E é aí que carecemos muito de abordagem porque essa informação prévia e que a pergunta fundamental é como a fauna se desloca naquela paisagem. Porque estamos desperdiçando uma boa oportunidade de resolver, talvez não tenha solução e minha única alternativa seria tentar alguma mitigação e ir para a

compensação. Mas talvez tenha a solução de um simples ajuste em algumas das seções da linha em reduzir X por cento, isso tem que ser avaliado. Teria que ser avaliado quantas áreas ou qual a proporção de deslocamento de aves qual o potencial de colisão. Não podemos pensar em todas, mas algumas aves em alguns contexto vão colidir. Se conseguirmos trazer isso para essa fase de definição, certamente o ganho seria muito maior do que só a mitigação. É óbvio que nem a rota vai resolver e nem só mitigação vão resolver e teremos que partir para a compensação talvez. **Paulo Muller** – para reforçar lembrou da frase: Não adianta fazer a coisa certa no lugar errado. É importante estudar as rotas desses animais e afastar as linhas dessas rotas para evitar grandes problemas. **representante da PROSUL** - para finalizar, foi falado sobre o TR da FEPAM, ele está dentro de um processo diferente de licenciamento ambiental. O TR em si já tem uma prévia avaliação de impactos e nós sabemos que esse é um impacto importante e essas informações que o Andreas colocou, já estão sendo levantadas dentro do nosso plano de fauna para a determinação do melhor traçado. Os dados primários estão sendo levantados. **Manoel Adam** – o que foi dito aqui está centralizado no município de Capivari é o que vai produzir energia para a região. Naquela região ali, tirando Capivari temos uma outra lagoa, entre a lagoa e os bairros temos o banhado e depois a mata atlântica, toda aquela região. Realmente a estrutura, não tem como viver sem energia hoje, mas vai causar problemas. A dúvida que quis deixar é energia limpa aonde ela produz? Na região onde tem vento, através das eólicas. Surge essa dúvida muito grande porque ela tem que produzir para as grandes regiões. Toda a energia produzida ali vai ter problemas sim. Falou que sua área não é técnica, mas sabe que haviam alguns técnicos presente e aproveitou para pedir um bom estudo sobre a região. **Alexandre Krob** – aproveitou para fazer algumas sugestões mais concretas a partir das duas apresentações. É uma oportunidade ver os desafios do licenciamento e os desafios também em termos de mitigação de impactos que são conhecidos, por experimentação, por pesquisa e assim por diante e que precisamos que eles estejam contemplados. Acha que deve ser encaminhado a FEPAM que é o órgão licenciador, de maneira formal essa apresentação do estudo que a UFRGS trouxe para nós, e pede formalmente para a empresa, até porque vai constar em ata e estando em ata já é um pedido, que nos estudos que estão sendo previstos se dê uma versão intensificada no levantamento de campo. As respostas para essas ameaças que falamos aqui. O termo de referência que está em andamento é uma evolução enorme no licenciamento ambiental dentro da FEPAM. Um conjunto de instituições protagonizou essas melhorias, mas ele não da conta de tudo, então não sabe se lá no termo de referência está escrito especificamente cuidados com esses impactos que foram colocados nessa apresentação, talvez não esteja e isso é importante que fique formalizado. E acha que poderiam também formalizar a FEPAM, no entendimento de que por mais que entendemos a possibilidade das limitações tecnológicas de investimento, que nós queremos como comitê olhar o processo e entender mais claramente o por que da não agregação, tem algumas áreas que possam evitar a passar por zonas que ainda são suscetíveis. O conselho contribui um pouco mais, no diálogo entre empreendedor e licenciamento e se coloca claramente em relação a essa questão do direcionamento das perguntas de campo. Gostaria muito que essas perguntas de ameaças fossem colocadas no processo de pesquisa. **Jan Karel** – em relação ao que o Paulo Muller e o Andreas comentaram sem dúvida nenhuma é extremamente importante que na definição do traçado da linha de transmissão, deva ser

feitar uma avaliação das rotas de deslocamento das aves, rotas migratórias, aonde estão os ninhais, os dormitórios, os movimentos que essas aves fazem. Mas é importante lembrar que essas áreas e esses deslocamentos eles mudam, conforme o uso da terra ou outras ações humanas. Então essa atenção não deve acabar quando o empreendimento estiver licenciado e implantado, deve continuar sendo acompanhado. **Rafael Ferreira** – Apa do Banhado Grande todo mundo sabe é uma área de uso sustentável. Sugeriu que tenhamos mais apresentações mostrando a mitigação, a compensação, ou seja, soluções para os possíveis impactos que estão acontecendo, que possam vir a acontecer por essas linhas de transmissão que é uma questão de segurança nacional, é questão de energia para a população para uma grande metrópole. Então o Conselho deliberativo da APA BG, tem que saber o outro lado, ter informações do que pode ser feito. Estamos há duas horas aqui colocando os problemas, tudo é válido, não está criticando. Mas como podemos compensar? Como podemos mitigar? Essa apresentação é fundamental. Este conselho é deliberativo, amanhã ou depois as linhas vão chegar aqui e nós vamos ter tomar uma decisão e estabelecer um parecer. Só colocar o problema, aqui temos uma multidisciplinariedade de profissionais, temos a sociedade, engenheiros, produtores rurais, advogados. **Denise Machado** – disse que ficou em dúvida em que pé está o EIA-RIMA, se já foram feitos de fato alguns estudos de levantamento e quais são os estudos que estão previstos no TR para serem executados. **representante da PROSUL** - que estão no processo de levantamento de campo que devem ir até o início do ano que vem e mais o levantamento de ave fauna. O pessoal da biologia está aqui eles podem falar com mais propriedade o que está sendo levantado em campo, principalmente sobre ave fauna. Explicou que quando se vai definir um traçado deve ser levado em consideração uma série de elementos: o meio físico, biológico, comunidade, a questão social e que por ser uma área metropolitana de Porto Alegre, é difícil achar um local que não tenha ninguém. São vários aspectos levantados, ave fauna é um deles. Os conselheiros perguntam se haverá mais uma rodada para tratar do tema, falaram sobre o zoneamento que parecia que o processo estava sendo atropelado. **Cecília Nin** – achou que seria importante trazer alguém da FEPAM para falar sobre zoneamento ao conselho. **Andreas Kindel** – a ideia das apresentações foi justamente mostrar que parte da solução do conflito está na antecipação da incorporação da informação ambiental do processo decisório. Tem certeza de que quem trabalha na área deste tipo de consultoria consegue perceber que está havendo uma mudança de perspectiva do que está acontecendo nesse tipo de licenciamento. Historicamente a tomada de decisão leva muito em consideração questões de engenharia de implantação da linha, ou seja, fotografia ou outras questões. E a questão ambiental entrava depois da definição da rota ou depois da seleção de três alternativas quando duas eram propositalmente ruins e uma era desejada e aí se avaliava e comparava quais as situações ambientais que se apresentam. E como a decisão já estava tomada qual era a melhor linha em função das outras coisas terminávamos indo para o embate político. E esse embate político em última análise seria mediado pela justiça e quando vai para a justiça perdeu todo mundo, perdeu a sociedade que não vai ter energia e perdeu o empreendedor porque não vai conseguir fazer o seu investimento. Então a melhor solução que estamos apresentando é justamente antecipar todos esses potenciais impactos para a fase de tomada de decisão do desenho da linha, se fosse possível lá antes do leilão, mas isso ainda não alcançamos. É a primeira vez que estamos conseguindo fazer isso no estado essa mudança de lógica,

não precisamos desenhar uma linha para depois ver quais os impactos que ela vai causar. Já sabemos antecipadamente quais são os potenciais impactos de uma linha, podemos trazer isso para dentro do processo de desenho da própria linha. Podemos destacar tudo e não precisaremos trazer para um conselho que tem potencial de avaliação, muito menos vai ser levado para justiça. Por exemplo a Enerfin, não passaria nunca, nem a pau a linha deles. Se houvesse autorização da FEPAM iria para a justiça de tão ruim que é feito o estudo, de tão ruim que é feito o planejamento. Se trabalha com a lógica antiga, o licenciamento existe a trinta anos e ainda alguns empreendedores trabalham com a lógica do fato consumado, já tem a geração, já tem a subestação da linha, não vamos jogar fora o investimento, vamos ganhar na força da política. Esse jogo está começando a ficar muito caro para o empreendedor e tem soluções de abordagem e tecnologia para trazer para a fase de desenho. É só por teimosia que alguns ainda trabalham com essa lógica de tentar ganhar no peito depois. Cada vez aumenta o número de derrotas. A ideia é justamente mostrar para a sociedade, para os empreendedores e para os licenciadores que não precisamos desse caminho doloroso. Podemos fazer uma coisa muito mais inteligente que é trazer as soluções para a fase de desenho. **representante da PROSUL** - coloca um panorama geral sobre o TR que está construído, ele foi sendo elaborado em reuniões junto com a SEMA e FEPAM. E a própria mudança é que ele não fosse focado em levantamento de espécies. Estamos trabalhando no termo de referência o que estamos chamando de espécies alvos. Estamos fazendo um trabalho prévio na determinação dos grupos ou espécies ou grupos de espécies que são impactados por este tipo de empreendimento. Por exemplo de ave fauna, estamos fazendo os levantamentos em cima dos grupos de aves das famílias só com colisões, que tem maior potencia de colisões. O esforço de campo está sendo focado nesses grupos de espécies e tem uma preocupação de levantamento de intensidade de uso, dos locais de alimentação de repouso de distâncias entre esses locais em relação ao corredor. Acredita que o Glaison colaborou muito para que tudo isso estivesse no estudo, bem diferente do que se vinha fazendo. **Denise Machado** – acha que esse processo tem tudo para ser um exemplo. **Martin Resener** – parabeniza o debate na reunião, diz que é bom ver um trabalho realmente científico. Fala que devemos pensar globalmente e também agir globalmente. **Denise Machado** – pergunta se podemos passar para a próxima pauta, os conselheiros concordam. Agradece a apresentação da EletrosuL e da Universidade, colaboram bastante com esse processo.

Pauta - EROSÃO

Denise Machado – falou que sua intenção é fazer somente um relato porque estão acompanhando as reuniões da Metroplan. Existe um grupo como gestão da unidade de conservação, e esse grupo vai trazer para o conselho as informações dessas reuniões onde também participam o Comitê Gravataí assim como as prefeituras. Observamos pouca participação dos envolvidos, o que gera dificuldades para eles levantarem algumas informações principalmente com relação aos municípios e vai deixando alguns buracos principalmente com defesa civil não estão conseguindo contato e isso vai gerar problemas no resultado do trabalho. Então gostaria de chamar os municípios a participarem mais dessas reuniões. Eles estão em fase de levantamento de dados existentes. **Tânia Peixoto** – falou que quando eles terminarem os estudos isso já não irá

servir porque já vai estar diferente. **Lisandro Signori** – perguntou se esse estudo é aquele que vai custar quinze milhões? **Denise Machado** – respondeu que sim. **Lisandro Signori** – achou um absurdo e que ficou realmente curioso como chegaram a esse valor? E falou que deveria ser consultado Ministério Público. **Tânia Peixoto** – falou que quando o professor Meirelles apresentou pela primeira vez isso no comitê Gravataí, era um projeto bem simples não era uma coisa desse tamanho. Era para minimizar os efeitos e barrar o crescimento voçorocas. **Paulo Muller** – falou que isso é uma coisa mais ampla e que eles tem acompanhado não com frequência até porque não está andando muito, mas explicou que a intenção é minimizar as cheias e a estiagem. E perguntou aos conselheiros se eles sabem o que acaba com as cheias e resolve o problema da estiagem. **Tânia Peixoto** – a luta da APNVG surgiu com a necessidade justamente para não ocorrer isso aí, a trinta anos atrás se discute isso. **Cecília Nin** – falou que a grande preocupação que vê nesse estudo é que eles estão com esse mesmo foco que o conselheiro colocou ali, prevê impacto após colocar estrutura e eles já estão meio que direcionados para fazer a estrutura, barragens, diques. Eles estão vendo mais o pós impacto, isso está nos preocupando. Está tudo meio parado, está faltando a participação dos municípios. **Denise Machado** – reforça o pedido para a participação dos municípios até mesmo para poderem cobrar que eles marquem a segunda. **Tânia Peixoto** – na última reunião do comitê foi comentado isso, a questão da não participação dos municípios do desinteresse dos municípios com relação a esta questão que é muito séria nesta fase que é tão importante. **Paulo Muller** – se eles forem fazer alguma coisa em cima de dados secundários, eles vão repetir muita coisa que já tem pronta. Não precisava gastar quinze milhões. Tem que ser feito coisas onde se tem acesso para fazer, porque onde tem erosão lá em cima e dentro do banhado um caminhão não consegue chegar. Esse projeto tem que pelo menos avaliar esse tipo de solução. Tem que ter a participação dos municípios, nem que se tenha que sugerir alguns nomes. **Denise Machado** – perguntou o que os conselheiros acham? Os conselheiros dizem que os municípios já estão inscritos, então eles tem que irem as reuniões e participar. **Allan Costa** – falou que esteve lá, mas nas duas últimas reuniões por questões de família não pode comparecer. Mas disse que eles não solicitaram muita coisa e que eles perguntaram se queriam visitar, ir nos arroios, banhados. O que eles queriam fazer? Eles não disseram não, mas está travado o negócio. **Paulo Muller** – sugeriu que tanto nós da APA BG como o pessoal do comitê devem ficar vigilantes disso. **Tânia Peixoto** – perguntou qual é a empresa que está fazendo? **Denise Machado** – respondeu que é um consórcio de empresas Encopi, MJ Engenharia e Coriga. **Lisandro Signori** – perguntou se a universidade não está convocada para participar dessas reuniões. **Denise Machado** – respondeu que não. **Rafael Eckert** – perguntou como é que acontece a reunião, se é uma pauta específica ou começam sem pauta? **Denise Machado** – pediu na última reunião que eles estruturassem para a convocação porque senão chegamos lá sem saber o que será discutido. **Rafael Eckert** – em cima de uma pauta específica pode se convidar o interessado a participar. Vamos falar sobre Gravataí convida-se alguém de Gravataí e assim por diante. Claro todos devem participar mas aquele que está em pauta tem que estar presente. A pergunta principal é por que é tão caro esse estudo de quinze milhões. Esse estudo de quinze milhões vai pautar todos os investimentos de duzentos e vinte oito milhões, porque vai ter esse investimento em cima da Bacia. Ele também acha que não precisava todo esse valor

pegando dados secundários. Então vamos fazer com que eles produzam dados. Por exemplo, tem um investimento que é para vir do Ministério do Meio Ambiente que é para as áreas de proteção das nascentes que é para a Amazônia. Eles viram que não precisa de todo esse aporte de dinheiro para a Amazônia porque já está tendo muitas Ong's envolvidas nisso. Então tem três consórcios de Ong's que estão pleiteando junto com a parceria da SEMA, arrecadar dinheiro do fundo do Ministério do Meio Ambiente para conseguir recuperar mil nascentes. E o objetivo é que seja feito onde atinja mais de um milhão de habitantes. Então foi decidido a bacia do Gravataí. Portanto podemos pegar esse estudo, ver o que eles vão fazer, casar os estudos e nós com ajuda dos municípios conseguiremos listar o quais são os problemas, secas, inundações, não colocar tantos diques. Talvez precisamos colocar diques para fazer a água correr mas talvez precisamos reservar essa água. Temos trabalhar no sentido de reservação. Devemos aproveitar o momento que está o Fernando Meirelles lá e ele entende muito disso, hoje ele é diretor do DRH/SEMA. Temos que aproveitar que ele sabe muito de erosão. Levantamos todos os problemas e vamos para a reunião, estudem em cima disso aqui, vocês ganhar o dinheiro para isso, senão eles vão ficar nos dados secundários. **Cecília Nin** – isso é falado em todas as reuniões, falamos sobre a erosão e que queremos dados que nos apontem uma solução para isso. **Paulo Muller** – falou sobre uma discussão acalorada que ele teve com o promotor Carlos Eduardo. Porque ele disse que não tinha nada a ver com a preservação e afirmava que não tem água lá na bacia do Gravataí e que água que tem é ruim. Aí falamos para ele que desde final de maio aquilo lá inundou de uma maneira, que não se enxerga mais nada só água dentro daquilo lá. Ainda bem que ele subiu lá com as gurias da Fundação e fez a cota da cheia máxima. Se contar vocês não acreditam aonde a água foi, perdemos a referência dentro banhado ele não sabia onde estava dentro do banhado. De quinze dias para cá água foi toda embora. Os canais lá puxaram tudo, uma obra de engenharia. Agora todod mundo instala bomba para puxar água. Daí a culpa não é do agricultor. Por que não tiram aquela água de lá e fazem açudes? Poderiam tirar toda aquela água desde maio para encher açudes, fazendo uma taipa no canto e reserva. Tem um agricultor lá o Catarina que era um grande desafeto nosso hoje é nosso amigo, porque ele fez um açude de taipa quadrada. Ele que fez horrores lá, aprovado pela FEPAM. Mas no arroio do Pinto que é muito forte nessas épocas, ele coloca umas tábuas dentro do arroio e água enche um açude grande que ele tem lá, ele pode fazer isso até dia quinze de outubro, depois desta data ele tem que tirar as tábuas. Então ele faz isso e não puxa uma gota de água do rio Gravataí e ele planta mil quadras de arroz e faz a recirculação do lodo. Então tem solução, essas coisas que tem que se fazer. Fazer dique lá embaixo, imagina quanto pega de água lá em cima para fazer isso. Agora continua a briga Corsan, não tem cabimento, ao invés de fazer diques, podemos ver essas alternativas. **Tânia Peixoto** – esse estudo não prevê nada disto. São obras megalomaníacas para gastar bastante dinheiro e fim. **Denise Machado** – por isso que estamos lá, justamente buscando soluções sejam viáveis. **Paulo Muller** – por que não pegam todo esse dinheiro e financiam para os agricultores fazerem açudes, não é barragem. **Manoel Adam** – em Santo Antônio da Patrulha, a parte da cidade fica ao lado da bacia do Gravataí. Vocês sabem que é que faz o tratamento de esgoto que não chega no banhado até hoje lá? Um açude de um lavreiro de graça. Não tem legislação, não tem como licenciar o açude, um dos proprietários já tentou mas não tem como e não é barragem. **Denise Machado** – essas questões todas tem que ter a informação como foi

falado aqui antes, para que tenhamos a tomada de decisão depois de ter tudo pronto, hoje não temos isso pronto. **Manoel Adam** – isso tudo nós só vamos ter através da participação de todos, os municípios tem que participarem.

Pauta 6. Assuntos Gerais

Paulo Muller – sempre quando ele sobe o banhado ele enxerga pelo lado de Viamão uma torre. E o Pedro vem dizendo que estão fazendo um condomínio quase dentro do banhado. Então pegou o carro e foi até lá e viu que esse condomínio que o Pedro fala está até meio desativado. Foi até a fazenda do Pedro que não estava lá, mas perguntou ao capataz o que era aquilo que estava saindo lá? E ele respondeu que é um clube de polo. Então foi lá conhecer achou uma coisa boa, tem até uma área grande que eles compraram para a preservação. Mas acho que eles não tem licenciamento ambiental, mas não é uma coisa ruim aquilo lá. **Denise Machado** – sabe que a fiscalização já foi lá, mas faz tempo. Disse que pode resgatar isso. **Tânia Peixoto** – diante de todas essas questões problemas, como alguém disse antes, são trazidos muito para este conselho e no momento que parece que está tudo muito difícil por todos os lados, se fala em crise, que eu não vejo porque os restaurantes estão lotados mas enfim. Gostaria de dizer aos remanescentes aqui, os velhos companheiros do conselho que é tempo também de renovarmos a esperança de nos manter nesta luta. Porque se nós aqui representantes da sociedade não estivermos aqui, aí é que a coisa vai descambar mesmo. Então esse momento que se fala tanto em paz e esperança às vezes fica tudo meio no ar, mas de fato acredita que é hora de nos fortalecermos no sentido de ter esperança, não ficar engessados em não ter esperança. Vamos continuar lutando. Tem alguns aqui que são bem antigos e outros que são jovens e isso significa muito que nós continuamos aqui preocupados com as questões ambientais porque sem ela o gênero humano não vai sobreviver. Às vezes fica tão braba que diz que tem que terminar o gênero humano para o planeta se salvar, quando morrer todos os seres humanos é que o planeta vai se salvar, mas não é, é somente quando está braba. Vamos fazer setenta anos e continuamos aqui brigando lutando para que as coisas possam ser melhores. Todas as gerações, tem uma invocação com aquelas vovós que às vezes vem...ah para os meus netinhos, não é só para os netinhos, é para todos os seres que habitam este planeta. Todos que habitam esse planeta precisam ter condição de vida decente, justa. Então é por isso que nós estamos lutando e lutando e vamos nos encher de esperanças neste final de ano para o ano que vem nós estarmos aqui nos encontrando de novo, discutindo e lutando. **Denise Machado** – pede ao conselho para marcarem a primeira reunião para 2016. Os conselheiros pedem dia quinze de fevereiro. E XXX convida o conselho para que a reunião seja realizada na Quinta da Estância. Confirmada a data quinze de fevereiro na Quinta da Estância..

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Denise Machado encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu Ana Paula Ribeiro lavrei a presente ata.